

	TOMMASI LABORATÓRIO	Código: FR 051
	Formulário de Registro	Versão: 1.0
	Carta de Advertência Disciplinar	Página: 1 de 1

Ilmo Sr

Referente à: **Primeira Advertência**

Tendo em vista V. S^a. ter cometido os atos de indisciplina e infringido o dispositivo legal da letra “__” do Artigo 482 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, resolvemos aplicar-lhe como medida disciplinar a presente **CARTA DE ADVERTÊNCIA**, com o intuito de evitar a reincidência ou o cometimento de outras faltas de qualquer natureza prevista em lei que nos obrigará a tomar outras medidas cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

Descrição da advertência:

•

Vitória, _____ de _____ de 2012

HENRIQUE TOMMASI NETTO ANALISES CLINICAS LTDA

Ciente do Empregado:

Em: _____ de _____ de 2012. _____

Charles Silva Oliveira

Para seu conhecimento, transcrevemos abaixo o Artigo 482 da CLT:

Art. 482 – Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- Ato de improbidade; (desonestidade, fraude, mau caráter)
- Incontinência de conduta ou procedimento; (conduta incabível)
- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, quando constituir ato de concorrência à empresa para qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- Condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- Embriaguez habitual ou em serviço;
- Violação de segredo da empresa;
- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- Abandono de emprego
- Ato lesivo da honra ou de boa fama praticada no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- Prática constante de jogos de azar

Parágrafo único – Constitui igualmente justa causa para dispensa de emprego a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios contra a segurança nacional.